

Sumário

Nota Metodológica	1
Introdução	9

Primeira Parte – O Arquétipo do *Whistleblowing*

1. Emergência do <i>Whistleblowing</i> no Combate à Corrupção.....	13
1.1 A corrupção como fenômeno para além da relação autoridade-administrado	13
1.1.1 A abordagem agente-principal da corrupção.....	14
1.1.1.1 Por que ir para além da seara pública? Por que envolver a corrupção no âmbito privado?.....	14
1.1.2 Uma ferramenta de combate à corrupção que transcende a esfera nacional.....	17
1.2 Da aplicação no Brasil das convenções de combate à corrupção e da concepção jurisprudencial sobre o <i>whistleblowing</i> : instabilidade do regime jurídico brasileiro?	19
1.3 Síntese parcial.....	28
2. O Modelo Jurídico do <i>Whistleblowing</i>	31
2.1 O modelo jurídico da política de <i>whistleblowing</i> e sua proteção: quais os elementos necessários para entendê-lo	31
2.1.1 O <i>whistleblowing</i> como direito de liberdade de expressão	32
2.1.2 Um possível esforço de conceituação do termo <i>whistleblower</i>	40

2.1.3 Diferença entre o <i>whistleblower</i> (reportante) e outras figuras próximas.....	46
2.1.4 Agentes necessários da relação de <i>whistleblowing</i> (reporte) na esfera pública ou privada	48
2.1.5 O alastramento do <i>whistleblowing</i> no setor privado.....	61
2.1.6 Tipos de canais de <i>whistleblowing</i>	63
2.1.7 Mitos sobre <i>whistleblowers</i> : seus reais motivos para reportar	72
2.1.8 O maior risco aos <i>whistleblowers</i> : a retaliação	74
2.1.9 As medidas protetivas	80
2.1.10 Problematização da denúncia anônima.....	91
2.2 Síntese parcial.....	94
3. Dos Custos e Incentivos ao <i>Whistleblowing</i>	97
3.1 Propedêutica	97
3.2 Apontamentos iniciais	97
3.3 Análise econômica do Direito.....	98
3.4 Dos custos e incentivos ao reportante.....	100
3.4.1 Dos custos	100
3.4.2 Incentivos ao reportante.....	101
3.5 Motivações para reportar	103
3.6 Incentivos econômicos – recompensas.....	104
3.6.1 Os incentivos econômicos dos canais externos e a eficácia dos canais internos.....	105
3.7 Modelos matemáticos para as ciências sociais aplicadas	106
3.7.1 A teoria dos jogos	107

3.7.2 A teoria dos jogos aplicada ao <i>whistleblowing</i>	110
3.7.2.1 Uso dos incentivos no <i>whistleblowing</i>	112
3.7.2.1.1 Uso dos incentivos econômicos no jogo retaliador e reportante	113
3.7.2.2 Uso da política antirretaliadora no <i>whistleblowing</i>	114
3.8 Equação do <i>whistleblowing</i>	115
3.9 A fórmula da corrupção e sua interação com o <i>whistleblowing</i> ...	119
3.10 Barreiras de implementação do <i>whistleblowing</i>	120
3.10.1 Custo político e de mudança	121
3.11 Síntese parcial	122

Segunda Parte – O *Whistleblowing* pelo Mundo

4. O que as Proposições de Modelos e a Legislação Estrangeira têm a Dizer?.....	127
4.1 Modelagem da OEA.....	127
4.2 Modelagem dos Princípios de Tshwane.....	130
4.3 O <i>whistleblowing</i> nos Estados Unidos.....	137
4.3.1 Incentivos ao <i>whistleblowing</i> desde o século XIX – o FCA ...	137
4.3.2 A Agência OSHA – proteção do whistleblowers	139
4.3.3 Organização da sociedade civil para o <i>whistleblowing</i> : o National Whistleblower Center (NWC)	140
4.3.4 Whistleblowers no setor público	141
4.3.5 Novas leis de proteção dos <i>whistleblowers</i> na primeira década dos anos 2000	142

4.3.5.1 Sarbanes-Oxley Act (SOX)	143
4.3.5.2 IRS <i>Whistleblower Law</i>	144
4.3.5.3 Dodd-Frank Act.....	145
4.3.5.4 Influências do SOX e do Dodd-Frank Act sobre o Foreign Corrupt Practices Act	147
4.4 O GRECO e sua influência nos Estados europeus	148
4.4.1 O modelo italiano	149
4.4.2 O modelo francês	153
4.4.3 A Recomendação CM/Rec (2014)7 do Conselho da Europa.....	161
4.4.4 Nova perspectiva europeia: a diretiva de abril de 2019.....	163
4.5 O modelo boliviano.....	168
4.6 O modelo peruano.....	174
4.7 Síntese parcial	180

Terceira Parte – A Aplicação do *Whistleblowing* no Brasil

5. Da Normativa Brasileira, sua Perspectiva e sua Aplicabilidade	187
5.1 Apontamentos iniciais.....	187
5.2 Iniciativas brasileiras: a construção do <i>whistleblowing</i> no Brasil...	187
5.3 Perspectivas futuras para a legislação brasileira e evolução normativa recente	203
5.4 Percepção do <i>whistleblowing</i> nos setores público e privado: uma pesquisa empírica	218
5.4.1 A pesquisa empírica: metodologia da pesquisa de percepção sobre a aplicabilidade do instituto do <i>whistleblowing</i> e dos incentivos ao reportante no Brasil	218

5.4.2 A experiência brasileira do <i>whistleblowing</i> a partir da análise de dados do Cadastro Pró-Ética (CGU)	219
5.4.3 A experiência brasileira dos incentivos basilares ao reportante a partir da análise dos canais eletrônicos de <i>whistleblowing</i>	225
5.4.3.1 Percepção da política de <i>whistleblowing</i> interno nas empresas estatais	227
5.4.3.2 Percepção da política de <i>whistleblowing</i> interno nas empresas listada na Bovespa.....	229
5.4.3.3 Percepção da política de <i>whistleblowing</i> interno na Administração direta federal.....	231
5.4.4 Percepção da política do <i>whistleblowing</i> no canal externo	232
5.4.4.1 Percepção da política do <i>whistleblowing</i> externo para o setor privado	233
5.4.4.2 Percepção da política do <i>whistleblowing</i> externo para a Administração Pública	236
5.5 Síntese parcial.....	241
Conclusões.....	245
Referências.....	259
Anexo I – Perguntas Relacionadas ao Tema que foram Respondidas pelas Empresas ao Cadastro Pró-Ética	287
Anexo II – Notas Atribuídas pela Controladoria-Geral da União (CGU) às Empresas Participantes do Cadastro Pró-Ética por Ano (2015-2017)	289
Apêndice – Instituições e Respectivas Páginas Eletrônicas na Rede Mundial de Computadores (Websites) Consultados pela Pesquisa com Indicação de Período	295